

## GT 1 - Teoria política marxista

# Dependência e subdesenvolvimento do Brasil na perspectiva de Ruy Mauro Marini

Leonardo Antonio Silvano Ferreira<sup>1</sup>

### Resumo

Pretende-se neste artigo, analisar os múltiplos aspectos que envolvem o processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil, no contexto do debate sobre a teoria da dependência. Para tanto, faremos uma breve contextualização para analisarmos as bases históricas da formação social brasileira durante os anos 1960. Analisaremos neste texto, as características da vinculação do Brasil, e da América Latina, em alguma medida, junto ao mercado mundial, e as razões das condições do subdesenvolvimento, tomando como referência a perspectiva da teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini. Por fim, analisaremos o conceito de superexploração do trabalho e a necessidade da revolução da classe trabalhadora, segundo a perspectiva de Marini.

**Palavras-chave:** Subdesenvolvimento. Dependência. Imperialismo. Superexploração do trabalho.

### Introdução

Pretende-se neste artigo, fazer uma discussão sobre a conjuntura histórica brasileira e latino-americana dos anos 1950 e 1960 em meio ao debate colocado sobre a dependência econômica e social destes países em detrimento dos países centrais. Trataremos sobre análises desenvolvidas no campo do pensamento político e social brasileiro durante o contexto dos anos sessenta. Tomaremos como referência nestes estudos, a perspectiva de Ruy Mauro Marini e suas análises sobre as contradições no processo de desenvolvimento da economia brasileira.

Na medida do possível, estas discussões poderão nos ajudar a perceber de que maneira os conceitos de desenvolvimento e dependência são tratados na atual conjuntura.

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília. Estudante do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana – Trabalho, Sociabilidade e Emancipação humana (NEOM/UNESP) e membro pesquisador do Grupo de Estudos sobre Novas Tecnologias e Trabalho (GENTT/UEL). E-mail de contato: [leonardofmg@hotmail.com](mailto:leonardofmg@hotmail.com).

Ou seja, pretendemos observar as características da realidade social e política no Brasil da atualidade com o intuito de identificar a validade (e a importância) dos estudos da teoria marxista da dependência sobre a condição de subalternidade do país diante das corporações transnacionais no contexto do capitalismo contemporâneo.

Diante da condição de dependência em que se insere o Brasil, alguns questionamentos se fazem necessários: Neste cenário, quais seriam as opções para o desenvolvimento econômico do país? Quais as forças políticas que configuram as relações de poder? Qual é o sentido da modernização adotada no Brasil? Quais as relações com a atual conjuntura política do tempo presente? Analisaremos as continuidades e descontinuidades do processo de modernização e desenvolvimento capitalista do Brasil e as contradições que lhes são inerentes. A condição de subdesenvolvimento dos países latinos americanos leva a intensificação da acumulação capitalista em detrimento da produção de desigualdades sociais, segundo a perspectiva de Ruy Mauro Marini<sup>2</sup>.

Os desafios teóricos e históricos, como nos mostra Theotonio dos Santos (2015), são gigantescos sobre os quais necessitamos trabalhar incansavelmente. Esta é a validade da teoria da dependência para analisarmos as relações políticas acerca dos rumos tomados em relação ao processo de desenvolvimento social e econômico do Brasil, e da América Latina, nos dias atuais.

As bases da formação socioeconômica brasileira remontam ao contexto da era Vargas durante os anos trinta. Neste contexto houve um processo de modernização do Estado, marcado pela incipiente industrialização e formação do capitalismo nacional. Foi somente a partir da década de 1930, que a figura do Estado brasileiro apareceria como promovedor do desenvolvimento social. Embora as condições indicassem a presença da oligarquia da fração agrária da burguesia brasileira, se observava o estímulo à pequena propriedade, proporcionadas pelas nascentes aglomerações urbanas<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A ideia deste texto consiste em apresentar as perspectivas de Ruy Mauro Marini sobre a dependência do Brasil, a partir de um breve diálogo com autores da teoria da dependência e em relação à integração dinâmica dos novos países ao mercado capitalista global.

<sup>3</sup> A estrutura proporcionada pelo passado colonial dificultou o estabelecimento da indústria moderna (PRADO JUNIOR, 2012), além disso, se observava a deficiência em fontes de energia e abundância em matéria

A partir de então, muito se questionava sobre o papel e a inserção do Brasil em relação a divisão internacional do trabalho. A percepção dos autores da teoria marxista da dependência, em relação a condição dos países latino americanos baseia-se a partir do entendimento a respeito da posição em que estes países se encontram, em relação ao processo de desenvolvimento econômico, numa perspectiva sistêmica de relações estabelecidas entre as economias do mundo.

Estas relações são constituídas a partir da acumulação capitalista e da divisão internacional do trabalho, em que, quadros de desigualdades sociais são aqui produzidos, como por exemplo, a partir da superexploração do trabalho (MARINI, 2012, 2017). A questão a ser debatida pelos autores é a de que: como é que vamos lidar com a situação de país subdesenvolvido e dependente em relação aos países de economias capitalistas centrais? É possível pensar numa mudança social a partir de uma revolução socialista?

Muito se discutiu no campo das Ciências Sociais a respeito da formação social, econômica e política brasileira, no qual, muitas dessas análises, sobretudo no marxismo, apontavam essencialmente sobre o caráter da exploração das atividades produtivas no processo de desenvolvimento capitalista<sup>4</sup> no Brasil, que, em resumo, atendiam aos interesses do mercado internacional. O sentido da colonização no Brasil foi de condicioná-lo a situação de país periférico junto ao sistema econômico mundial (PRADO JUNIOR, 2012). Em essência, os aspectos do processo de desenvolvimento capitalista se caracterizam pela existência de países dependentes em relação aos países capitalistas centrais. A situação de dependência do Brasil em relação aos capitais estrangeiros se apresenta pela necessidade de utilizar recursos e investimentos provenientes dos países desenvolvidos.

O Brasil pagava no estrangeiro as manufaturas necessárias ao seu consumo e subsistência e as origens dos recursos se baseavam nas exportações da produção nacional (PRADO JUNIOR, 2012). Este é, portanto, o caráter do Estado brasileiro em suas

---

prima, como o ferro. Do ponto de vista das relações comerciais de troca, não havia no Brasil um mercado consumidor interno a ser considerado.

<sup>4</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini, há a transição da economia colonial para o modo de produção capitalista. As atividades econômicas exportadoras até 1930 correspondem ao período de transição para o capitalismo (MARINI, 2017).

articulações de classes, onde se revela a inserção do capital financeiro internacional na economia brasileira, ou seja, até aquele momento, nossa economia fora basicamente “colonial” e não “nacional”. Na perspectiva de Ruy Mauro Marini, com a ruptura do modelo colonial, se iniciou o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil<sup>5</sup>. A necessidade deste “projeto” consistia na integração de novas economias junto ao mercado mundial.

Estas são as razões pela qual o Brasil se integra ao sistema imperialista, em que o país seria um dos elos entre os povos, cujo controle está referido ao sistema imperialista internacional (PRADO JUNIOR, 2012). Ao passo que essa integração vai ocorrendo, há o desenvolvimento da economia e o mercado interno brasileiro vai se constituindo e se ampliando. A condição de fornecedor de matérias primas e gêneros tropicais demonstram o como são limitadas as perspectivas para o desenvolvimento econômico no Brasil, com base nas experiências históricas (PRADO JUNIOR, 2012).

Os debates sobre a dependência no Brasil se originam no contexto do pós-segunda guerra, no qual diversos pensadores refletiram sobre as condições do desenvolvimento econômico da América Latina, onde se buscou encontrar meios para a superação da condição de dependência e de subdesenvolvimento, sob distintas perspectivas. Quais eram então as razões para o subdesenvolvimento dos países da América Latina? Em linhas gerais, por um lado, a inserção dos países periféricos na economia mundial seria fundamentalmente questionar sobre como uma economia exportadora de produtos primários, constantemente depreciada em relação aos termos de troca, poderia levar ao desenvolvimento. Havia, naquelas circunstâncias, uma troca desigual entre a posição dos países no âmbito da economia mundial. Este fenômeno corresponde à deterioração dos termos de troca (MARINI, 2017); por outro lado, a estrutura dual das economias latino

---

<sup>5</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini (2017): “A ruptura do monopólio colonial ibérico se torna então uma necessidade e, com isso, desencadeia-se o processo de independência política, cujo ciclo termina praticamente ao final do primeiro quarto do século XIX, dando como resultado as fronteiras nacionais em geral ainda vigentes em nossos dias. A partir desse momento se dá a integração dinâmica dos novos países ao mercado mundial, assumindo duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país para realizar tal integração e às transformações que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais”. (MARINI, 2017, p. 48).

americanas, caracterizada pela existência de um setor moderno capitalista combinado com o setor atrasado pré-capitalista, demonstrava o caráter do subdesenvolvimento.

A industrialização com a forte atuação do Estado seria o caminho encontrado para que o Brasil, e os países latino-americanos, pudessem desenvolver, de forma autônoma, a economia regional por uma via específica do bloco de países do continente. Neste contexto, emergem correntes de pensamento desenvolvimentista que refletem sobre o desenvolvimento social e econômico do Brasil em sua fase de industrialização<sup>6</sup>.

No entanto, não houve o desenvolvimento autônomo, bem como, nenhuma mudança substantiva na estrutura agrária do país. O desenvolvimento na América Latina estaria bloqueado pelas forças externas e internas que impediam o protagonismo das forças produtivas locais. É justamente nesse contexto, em que se emergem movimentos sociais que defendiam, em linhas gerais, a ruptura do processo de desenvolvimento capitalista. Na contramão de uma proposta de desenvolvimento autônomo da América Latina, assiste-se a golpes de Estado e a crise do modelo nacional desenvolvimentista.

A industrialização na política via substituição de importações colocou mudanças nas estruturas econômicas, em que, países subdesenvolvidos e voltados à integração imperialista na América Latina, como Argentina, México e Brasil, que chegaram a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo duráveis (MARINI, 2017). No caso brasileiro, a industrialização via substituição de importações se encontrava “num beco sem saída”, o que levou a estagnação, sobretudo pela falta de dinamismo do mercado, fazendo com que se aumentasse o trabalho excedente, levando ao aumento do desemprego estrutural.

O termo dependência, de forma, resumida, se refere à integração do desenvolvimento capitalista na América Latina em escala mundial. Com esta integração, a teoria da dependência sugere refletir e propor mudanças sobre os múltiplos aspectos

---

<sup>6</sup> Ruy Mauro Marini (2017) subdivide o processo de industrialização no Brasil em duas situações: no primeiro caso, os interesses da indústria coincidem rigorosamente com os do setor agrário-mercantil, não causa uma mudança no interior das classes dominante; no segundo caso, a classe industrial que se inclui entre as classes médias urbanas é formada, em geral, por imigrantes, que ainda não estão integrados e revelam os conflitos que estavam presentes.

sociais, políticos e econômicos envolvidos a este processo de desenvolvimento, mediante articulações entre Estado e classes sociais.

### **A vinculação do Brasil (e da América Latina) ao mercado mundial e as razões das condições do subdesenvolvimento na perspectiva da teoria da dependência de Ruy Mauro Marini**

Ruy Mauro Marini foi um importante intelectual e militante da classe trabalhadora brasileira. Analisou o desenvolvimento capitalista no Brasil e a dependência econômica em relação ao capital estrangeiro. É preciso, portanto, diferenciar as categorias econômicas que colocam países desenvolvidos e subdesenvolvidos em posições diferentes no processo de desenvolvimento capitalista. Os vínculos da dependência estrutural são mantidos. O desenvolvimento econômico dos países da América Latina tem relação (e se integram) ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais.

Esta relação entre os diferentes estágios de desenvolvimento capitalista entre os países contribui para a expansão imperialista, decorrente do fenômeno de acumulação de riquezas a partir da extração de mais valia nos países subdesenvolvidos, ou seja, “a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista”. (MARINI, 2017, p. 49).

Os países da América Latina, especialmente Chile, Argentina e Brasil<sup>7</sup>, aumentam sensivelmente as exportações de matérias-primas, conseqüentemente, a inserção no

---

<sup>7</sup> Ruy Mauro Marini (2017) afirma que a história política do Brasil no século XX, caracteriza-se por fases bem distintas: a primeira delas, que é resultado de profundas agitações sociais que culminaram na Revolução de 1930, momento no qual se emerge uma nova classe média, ou seja, uma burguesia industrial, propriamente dita, vinculada ao mercado interno, e, de um novo proletariado. Marini identifica que durante o Estado Novo de 1937, a burguesia se estabiliza no poder em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ou seja, representando que as mudanças sociais que aqui acontecem, tem como base as articulações do ‘novo’ com o ‘velho’, mantendo a estrutura de dominação. A segunda fase se caracteriza por um período marcado por acirradas lutas internas, que tem como início, o suicídio de Vargas em 1954 e que conduzirão à ditadura militar (MARINI, 2017).

mercado estrangeiro. No período de 1945 a 1964, se observou “uma deterioração das condições nas quais as regras se baseavam” (MARINI, 2017, p. 75), havendo o crescimento do setor industrial combinado com as dificuldades do setor externo. Neste período, o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras estavam em oposição. Além disso, havia uma crescente pressão das massas populares (MARINI, 2017).

Em *Dependência e Desenvolvimento da América Latina* (1977), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto afirmaram que os países da América Latina estavam em condições de completar o processo de formação de seu setor industrial e alcançar um desenvolvimento autossustentado<sup>8</sup>. A industrialização, nessa perspectiva, seria um recurso complementar para um processo de desenvolvimento<sup>9</sup> baseado na exportação de produtos primários.

Para superar o fraco desenvolvimento do mercado interno e as acentuadas desigualdades sociais, o próximo passo seria a construção de instituições públicas que fomentassem o desenvolvimento “farto” e a modernização do Estado brasileiro (CARDOSO; FALETTTO, 1977). A organização dos centros nacionais seria o caminho para o desenvolvimento nacional e o fortalecimento do mercado interno, que se daria mediante uma associação integrada do desenvolvimento<sup>10</sup>.

Para identificar a forma com que assume a estrutura social, a perspectiva de Cardoso e Faletto (1977) demonstra que se faz necessário analisar o conjunto de variáveis e suas relações, levando em conta os rendimentos e a estrutura do emprego. Nesse sentido, a análise sobre as condições específicas latino-americanas e o tipo de integração

---

<sup>8</sup> Segundo Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), as economias latino-americanas acumularam divisas em quantidades apreciáveis na fase de substituição de importações, e, portanto, estavam prontos para iniciar a etapa de produção de bens de capital em âmbito interno, onde o mercado interno estimularia o sistema econômico, o que contribuiria para a redistribuição de renda.

<sup>9</sup> A política adotada pelo Estado brasileiro deveria se concentrar na absorção de uma tecnologia que promovesse a diversificação da estrutura produtiva. A perspectiva era a de que o Estado criasse esta infraestrutura requerida pela diversificação produtiva (CARDOSO; FALETTTO, 1977).

<sup>10</sup> Cardoso e Faletto (1977) reconhecem que este otimismo cai por terra, uma vez que não se tomou as medidas necessárias para organizar os sistemas político e econômico, surgindo, assim, uma elevada estagnação relativa da economia brasileira nos anos 1960 (CARDOSO; FALETTTO, 1977).

social das classes e dos grupos, deve ser condicionada pelos elementos principais do processo de desenvolvimento.

A definição do conceito de dependência para Cardoso e Faletto (1977), portanto, pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um movimento dado que busca estabelecer as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos (CARDOSO; FALETTO, 1977).

Nesse sentido, era preciso encontrar meios para a modernização do Estado, sendo que parte dos problemas da América Latina, poderiam ser solucionados, na medida em que houvesse a vinculação junto às economias desenvolvidas (CARDOSO; FALETTO, 1977). Há, nesta perspectiva, o reconhecimento da dependência política e social construída historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas centrais em detrimento das economias periféricas. A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e o funcionamento da política e da economia que atuam de modo articulado. Trata-se de acordo com a perspectiva de Cardoso e Faletto, de realizar primeiramente as modernizações do Estado brasileiro, para depois conduzir o país a abertura de seus mercados sobre controle externo.

Numa perspectiva crítica a vinculação com os países capitalistas centrais, o enfoque dado pela teoria marxista da dependência, indica que os investimentos diretos de capital e a tecnologia empregada pelas economias estrangeiras têm como objetivo principal, o desenvolvimento das exportações, pois este é o caráter da economia brasileira. Ou seja, o processo de desenvolvimento empregado no Brasil deriva da integração de parte do sistema de produção dos países periféricos à economia central, que se faz em função do mercado mundial e não do mercado interno. O controle das atividades principais de exportação está nas mãos das classes dominantes locais, que respondem diretamente aos interesses capitalistas estrangeiros.

Diante da estrutura de preços (e de valor) em que se encontra no mercado mundial, bem como os processos de financeirização orientados a partir de grandes corporações globais, que atuam diretamente como investidores nos diversos ramos da produção, Ruy

Mauro Marini (2017) afirma que uma parte variável da mais-valia aqui produzida é direcionada (drenada) para as economias centrais (MARINI, 2017). Com isso, a riqueza que se produz nos países subdesenvolvidos, como o caso brasileiro, consiste no montante da mais valia extraída que contribui para a acumulação capitalista e conseqüentemente a expansão imperialista.

O processo de integração capitalista resulta no que Ruy Mauro Marini denomina como superexploração do trabalho, onde se aumenta o valor da mais-valia absoluta. Este fenômeno, por exemplo, pode ser observado no trabalho realizado por trabalhadores agrícolas e/ou mineiros no Brasil. Este é o princípio fundamental que orienta as economias dos países subdesenvolvidos, em que, o mercado interno e a força de trabalho inserida neste contexto se caracterizam por baixos salários, além da falta de oportunidade de empregos, do analfabetismo, da subnutrição e pela repressão policial (MARINI, 2017).

A superexploração do trabalho, orientada pela intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução dos salários nos países subdesenvolvidos se distingue das condições de trabalho em países centrais (MARINI, 2017). A introdução de investimentos diretos e da tecnologia empregada, na qual é proveniente dos países centrais, combinada com a superexploração da força de trabalho, produz um excedente crescente de trabalhadores, ou seja, um grande exército industrial de reserva nos principais centros urbanos do país (MARINI, 2017).

As economias que se emergem do processo de desenvolvimento capitalista de modo integrado aos países subdesenvolvidos<sup>11</sup>, reestabelecem os laços de integração ao capitalismo internacional (MARINI, 2017). Nestes termos, os países da América Latina estavam condenados a se limitarem ao tipo de economia primário-exportadora. Em síntese, podemos apontar que a burguesia interna brasileira optou por abrir mão de seu projeto progressista de desenvolvimento capitalista pelas vias da industrialização, ao

---

<sup>11</sup> Este posicionamento do Brasil diante das relações econômicas internacionais, por um lado, reforça o sistema imperialista, conformando um centro hegemônico de poder, ou seja, os Estados Unidos. A integração dos países, em diferentes polos do desenvolvimento econômico, é garantida com o poder militar; por outro lado, o socialismo é compreendido como campo de forças opostas MARINI (2017).

aderir-se à integração imperialista, ainda que, sob a condição de economia subordinada, dependente e associativa com a burguesia dos países centrais.

A estrutura de dominação e as relações de classe na realidade brasileira demonstram a manutenção das formas de dominação e de exploração de classes, a partir da mútua articulação entre as frações das burguesias agrário-mercantil e industrial ascendente. Estas relações se realizam no âmbito do Estado e das relações de classe, mediante a necessidade de acumulação de capital excedente, produzidos pelos países subdesenvolvidos e fornecidos à economia internacional. Diante de tais circunstâncias em que a realidade brasileira se encontra, é possível pensar no desenvolvimento capitalista autônomo? Marini (2017) aponta as contradições no Brasil para se promover um desenvolvimento capitalista autônomo<sup>12</sup>. Neste contexto, inúmeras tensões entre as frações da burguesia se manifestavam no cerne de campo opostos<sup>13</sup>, ou seja, por um lado, se defendia a vinculação junto ao mercado interno, pela possibilidade de desenvolver um capitalismo autônomo, ao passo que, por outro lado, se defendia a vinculação à condição subordinada em relação ao mercado externo.

Tendo o contexto da Guerra Fria como pano de fundo, houve um novo esquema de poder da burguesia, com o apoio das classes médias e do proletariado, no qual se sobrepuja aos interesses das antigas classes latifundiárias e mercantil (MARINI, 2017). Estas tensões têm implicações com o centro imperialista hegemônico do capitalismo e Ruy Mauro Marini (2017) apontava a tendência de se combinar com a busca de fórmulas capazes de promover o desenvolvimento capitalista autônomo<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Marini nos mostra que o pacto estabelecido entre as burguesias agroexportadora e industrial do Brasil se caracterizava pelo antagonismo nesta “cooperação” entre as classes, tendo neste bloco do poder, uma coalizão entre as frações dominantes da burguesia (MARINI, 2017).

<sup>13</sup> De acordo com Ruy Mauro Marini: “Nesta luta, a burguesia industrial lançará mão da pressão das massas urbanas, que haviam aumentado consideravelmente no período anterior, nos marcos de um jogo político normalmente conhecido como ‘populismo’. Seu fruto será o estabelecimento de regimes de tipo bonapartista, cujo exemplo mais claro é o governo de Juan Domingo Péron na Argentina” (MARINI, 2017, p. 57). Nas questões relacionadas às importações e exportações da economia brasileira, no âmbito dos interesses de lucratividade, a burguesia se choca simultaneamente com a classe latifundiária mercantil e com os trustes internacionais (MARINI, 2017).

<sup>14</sup> Marini (2017) aponta as duas razões pela qual se manifesta a hegemonia dos Estados Unidos e a integração dos sistemas de produção: i) relacionada com o avanço da concentração de capital em escala mundial, depositando nas mãos das grandes companhias internacionais uma abundância de recursos passíveis de

No entanto, este processo deixa transparente a fragilidade das burguesias dos países latino-americanos em desenvolver o setor de bens de capital internos, ante a obsessão dos interesses do capital estrangeiro, que as pressiona no sentido de buscar penetrar seus projetos nesses países de economia periférica. A burguesia nacional associa-se aos capitais dos grandes centros da economia internacional, que por sua vez sobrepujava condicionando as políticas do setor industrial brasileiro, fazendo com que internamente, se abdicasse do desenvolvimento capitalista autônomo, de acordo com a crítica de Marini (2017).

A crescente introdução de tecnologias nas indústrias internas da América Latina importada do estrangeiro alterou a dinâmica do mercado de trabalho. As tecnologias contribuíram por fixar os salários dos trabalhadores latino americanos a seu nível mais baixo. Nesse sentido, a maquinaria obsoleta permitiu o aumento da lucratividade das grandes corporações, em detrimento do baixo preço de custo empregado com a mão de obra local. Este é o fenômeno da mais valia extraordinária que a nova maquinaria inserida nos ciclos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos proporciona.

Em meio às disputas políticas que se colocavam, a burguesia interna não se encaminhou “algum” desenvolvimento capitalista autônomo, ao invés disso, houve um consentimento com as classes dominantes<sup>15</sup>, corroborando com a estrutura de dominação que esteve presente desde os tempos remotos da formação social brasileira, e latino-americana, guardadas as especificidades de cada país. A integração imperialista se manifesta internamente com o aumento da inflação e a adoção de políticas de estabilização (MARINI, 2017). Além de denotar o “novo tipo de dependência” (MARINI,

---

serem investidos; e ii) o grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais, está acompanhado pelo seu maior desenvolvimento em tecnologia, na qual lhes enviavam para a periferia, os equipamentos e máquinas que se tornavam obsoletos e ainda não tinham sido totalmente amortizados (MARINI, 2017, p. 62). Segundo Marini as companhias estrangeiras dispunham de máquinas e equipamentos obsoletos e não amortizados nas metrópoles, que representavam um adiantamento efetivo no nível tecnológico imperante nos países latino-americanos (MARINI, 2017).

<sup>15</sup> Uma amostra deste consentimento, de acordo com Marini (2017), atribui-se ao fato de a burguesia industrial se inclinar aos interesses do setor agroexportador dando-lhes facilidades e incentivos, para fazê-lo sem limitar a acumulação de capital, fundamental para enfrentar a segunda etapa da industrialização. O princípio fundamental do sistema subdesenvolvido é a superexploração do trabalho.

2017, p. 62), tal fenômeno revelou o fato de a burguesia abandonar o seu ímpeto revolucionário, sob os termos de um modelo de desenvolvimento autônomo<sup>16</sup>.

Os desdobramentos deste processo histórico resultaram na instauração de ditaduras tecnocrático-militares na América Latina no lugar de regimes liberal-democráticos (MARINI, 2017) e a consolidação do caráter integrado e subordinado com que ocorre a inserção dos países subdesenvolvidos na economia global manteve a reprodução do capital em sua forma imperialista.

Sob influência dos Estados Unidos, os governos militares afixaram os reajustes salariais onde se colocou em prática a política de integração ao imperialismo<sup>17</sup>, da ampliação e da intensidade com que os investimentos em tecnologias voltadas às atividades industriais alavancaram a racionalização tecnológica, imprimindo uma redução na oferta de empregos do mercado de trabalho interno e o aumento da incidência do desemprego.

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-se até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema [...] e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo (MARINI, 2017, p. 63).

As contradições presentes nas relações de integração capitalista dos países em condições de subdesenvolvimento ampliavam o fenômeno de acumulação de riquezas mediante os excedentes internos gerados com a superexploração da força de trabalho.

---

<sup>16</sup> Como não se conseguiu realizar reformas sociais estruturais, houve o divórcio das alianças entre as frações da burguesia e as massas populares, em que, a partir da introdução de mecanismos democrático-legais burgueses, promulgados em políticas públicas, se intensificaram meios de oposição.

<sup>17</sup> Esta política tem um duplo efeito, de acordo com (Marini, 2017, p. 155): aumentar a capacidade produtiva da indústria, graças ao impulso dado aos investimentos e à racionalização tecnológica, e, em virtude desta última, acelerar o desequilíbrio existente entre o crescimento industrial e a criação de empregos pela indústria.

Este é, portanto, o sentido da integração econômica dos sistemas de produção latino-americanos em uma estrutura de produção monopolista.

Marini chama a atenção para o fato de que houve uma irracionalidade presente no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, pois, por um lado, somos incapazes de controlar o próprio processo tecnológico, afinal, a introdução dos instrumentos tecnológicos no país se realizam mediante a importação desses instrumentos, e, por outro lado, a condição brasileira deriva das circunstâncias particulares que o país tem de enfrentar para ir buscar no exterior a solução para o problema de mercado (MARINI, 2017). Nestas circunstâncias, o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil está relegado a sua condição de dependência.

### **Superexploração do trabalho e revolução da classe operária**

Ruy Mauro Marini (2012) entende que a superexploração do trabalho existente nessa fase é acompanhada de um crescimento do consumo e do mercado interno brasileiro, na qual, o trabalho se intensifica e os baixos rendimentos dos trabalhadores são percebidos. A condição de dependência se realiza também na esfera tecnológica e financeira, durante a década de 1970, perpetuando a condição de subordinação brasileira no âmbito da divisão internacional do trabalho. É preciso perceber essa articulação presente entre as formas da dependência e as leis de funcionamento da economia dependente (MARINI, 2012).

A superexploração do trabalhador, portanto, se manifesta pela introdução dessas novas técnicas de produção, que levam ao aumento da produtividade e à intensificação do trabalho. Nestas circunstâncias, o exército de reserva disponível se expande, sobretudo com o surgimento de novas condições de vínculos nas relações de trabalho. Ou seja, a superexploração do trabalho tem levado ao rebaixamento dos ganhos salariais<sup>18</sup> e a

---

<sup>18</sup> Como afirma Marini, “[...] o que implica ainda que aquelas camadas de operários que conseguem uma remuneração acima do valor médio da força de trabalho (os operários qualificados, os técnicos, etc.) vejam seu salário sendo constantemente pressionado em sentido descendente, arrastado para baixo [...]”. (MARINI, 2012, p. 33).

precarização das condições de trabalho. A intensificação da exploração do trabalho, sobretudo mediante a redução do valor dos bens necessários, levou a uma constante desvalorização da força de trabalho (MARINI, 2017), elemento imprescindível para se revelar as contradições entre capital e trabalho no Brasil.

Ruy Mauro Marini tende a apontar para a prevalência da extração de mais valia absoluta nas relações de trabalho das economias periféricas, sendo que estas características tendem a contribuir para a falta de regulamentação do mercado de trabalho. O quadro social e político dos trabalhadores brasileiros, nesse sentido, os coloca diante de uma situação degradante em relação às condições de vida. Diante do contexto social e histórico em que se encontra a realidade brasileira, onde o desenvolvimento capitalista fora uma falácia, se prolonga a vida do velho sistema semicolonial de exportação no Brasil, no qual vinculou ainda mais o país ao imperialismo, conduzindo-a a etapa do subimperialismo. Ruy Mauro Marini aponta para a necessidade de organização da classe trabalhadora e da revolução socialista, conseqüentemente.

O verdadeiro estado de guerra civil implantado no Brasil pelas classes dominantes, do qual a ditadura militar é a expressão, não pode ser superado através de fórmulas de compromisso com alguns estratos burgueses. O esvaziamento desses compromissos, frente à marcha implacável das contradições que o desenvolvimento do sistema coloca, impulsiona necessariamente a classe operária para as trincheiras da revolução. Por outro lado, o caráter internacional que a burguesia subimperialista pretende imprimir a sua exploração identifica a luta de classe do proletariado brasileiro à guerra anti-imperialista travada no continente (MARINI, 2017, p. 161).

Para Marini (2017), a luta anti-imperialista travada na América Latina, poderá lançar as bases para o surgimento de uma nova democracia e de uma nova economia, mais abertas à participação das massas, onde também se inclui os estratos inferiores da burguesia, segundo os seus próprios interesses e necessidades.

## Considerações Finais

As discussões sobre o papel do Estado e o desenvolvimento econômico de um país são importantes para analisar as conflituosas relações existentes entre as classes sociais, movidas por seus diversos interesses. A condução do modelo de economia política adotado pelo Estado precede de um projeto de desenvolvimento pensado para o país, cujos elementos colocados em prática demonstram, muitas vezes, a natureza desta luta política. A partir dos debates sobre os efeitos da liberalização da economia e do modelo de desenvolvimento do Brasil, podemos perceber que a nossa condição de dependência relacionada ao capital estrangeiro é o fator determinante, em que se revela a forma precária com que se estabelecem as relações de trabalho nas atividades vinculadas às empresas transnacionais, agravadas nas últimas décadas.

Estas circunstâncias, portanto, assinalam a condição de subordinação do Brasil, que sempre exerceu o papel de exportador de matéria-prima, *commodities*, servindo aos interesses das grandes empresas globais. A inserção dessas novas técnicas de produção permitiu a superexploração dos trabalhadores (MARINI, 2012, 2017), possibilitada pelo aumento da produtividade. Nesse sentido, a teoria marxista da dependência é extremamente pertinente para se pensar a condição de dependência do Brasil e as contradições do desenvolvimento capitalista interno, que acentua a superexploração do trabalho e as desigualdades sociais inerentes ao processo histórico. Enfim, entendemos serem importantes estes estudos, para se pensar sobre a organização da classe trabalhadora nos dias atuais.

### Referências Bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da Dependência**: balanço e perspectivas. Obras escolhidas. V.1. Florianópolis: Insular, 2015.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

\_\_\_\_\_. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-36.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Editora Brasileira, 2012.